



Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG
Elenir Raimundo de Camargos Caetano

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Belo Horizonte

2010

Elenir Raimundo de Camargos Caetano

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Coordenação da Escola de
Gestores da Educação da Universidade
Federal de Minas Gerais – UFMG.

Orientadora: Rita Cristina Lima Lages

Belo Horizonte

2010

Elenir Raimundo de Camargos Caetano

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Coordenação da Escola de
Gestores da Educação da Universidade
Federal de Minas Gerais – UFMG.

Aprovada em ____/ ____/ ____

Prof. Orientadora: Rita Cristina Lima Lages

Prof. Examinador:

Prof. Examinador

Dedico o presente trabalho a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para com a realização de mais esta etapa de construção de meus conhecimentos.

Agradeço aos colegas, professores e amigos que se fizeram presentes em cada momento de mais esta etapa de minha vida.

A principal meta da educação é criar homens que sejam capazes de fazer coisas novas, não simplesmente repetir o que outras gerações já fizeram. Homens que sejam criadores, inventores, descobridores. A segunda meta da educação é formar mentes que estejam em condições de criticar, verificar e não aceitar tudo que a elas se propõe (Jean Piaget).

RESUMO

A avaliação da aprendizagem é um instrumento presente em todos os momentos de nossas vidas, seja em momentos na qual estamos envolvidos nos meios acadêmicos, seja numa simples conversa informal com amigos, seja na busca por um emprego. Nesse sentido, enquanto meio e não fim, a avaliação da aprendizagem, presente principalmente nos meios escolares, deve ser vista e compreendida enquanto instrumento de busca por melhores condições de igualdade para os alunos ao invés de instrumento de manutenção das diferenças e desigualdades sociais. Portanto, ao longo deste breve estudo, buscaremos demonstrar que o processo de avaliação da aprendizagem pode ser um ato de amor, uma forma de acolhimento e instrumento eficaz para a transformação social e a diminuição das desigualdades.

Palavras-chaves: Avaliação – Aprendizagem – Escola – Professor – Aluno – Transformação.

ABSTRACT

The learning evaluation is a tool present in every moment of our lives, whether in moments in which we are engaged in academic circles, is a simple informal chat with friends, in search of employment. In this sense, as a means and not an end, the assessment of learning, present mainly in school environments, must be seen and understood as an instrument of change to improve equality for students rather than an instrument of maintaining the differences and social inequalities. Therefore, during this brief study, we demonstrate that the evaluation process of learning can be an act of love, a form of welcome and effective tool for social transformation and reducing inequalities.

Keywords: Evaluation - Learning - School - Teacher - Student - Transformation.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	12
3 CONCLUSÃO	17
REFERÊNCIAS	19
APÊNDICE: PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	21

1 INTRODUÇÃO

A avaliação sempre esteve presente em nossas vidas, seja no trabalho, no cotidiano de nossa convivência com os amigos e até mesmo nos momentos de lazer, enfim, estamos constantemente sendo avaliados e, conseqüentemente, avaliando.

Na educação não é diferente. Contudo, o que percebemos na avaliação da aprendizagem, apesar dos avanços percebidos ao longo das últimas décadas, é que ainda existe uma resistência muito grande por parte de educadores quanto às inovações e propostas de uma avaliação mais humanizada, que busca a qualidade em detrimento da quantidade; de um processo onde o avaliar seja contínuo e que proporcione ao aluno um avanço progressivo e qualitativo em seu processo de aprendizado.

De acordo com Luckesi (1997) a prática educativa nas escolas brasileiras ainda se encontra direcionada para uma “pedagogia do exame”, ou seja, o que se busca não é a qualidade do processo avaliativo, mas sim, a utilização deste processo enquanto meio coercitivo e de manutenção do poder por parte dos professores.

O processo avaliativo ainda é seletivo e discriminatório, está voltado para a manutenção dos percentuais de aprovação e reprovação, percentuais estes que por sua vez refletem a perpetuação das desigualdades sociais e a manutenção de uma minoria elitizada em todos os âmbitos do poder.

Ainda de acordo com Luckesi,

(...) os pais estão desejosos de que seus filhos avancem nas séries de escolaridade; os professores se utilizam permanentemente dos procedimentos de avaliação como elementos motivadores dos estudantes, por meio da ameaça; os estudantes estão sempre na expectativa de virem a ser aprovados ou reprovados e, para isso, servem-se dos mais variados expedientes. O nosso exercício pedagógico escolar é atravessado mais por uma pedagogia do exame que por uma pedagogia do ensino/ aprendizagem (1997, p. 18).

A avaliação deve ser tida e vista enquanto meio de se diagnosticar os conhecimentos prévios trazidos pelos alunos de sua vivência, através deste método é que se poderá, verdadeiramente, praticar uma avaliação de qualidade e que possa proporcionar a todos, de forma equitativa, a garantia de um processo de aprendizagem onde prevaleça a qualidade e o respeito às reais condições do aluno.

Através do processo contínuo de avaliação, o professor obtém os conhecimentos necessários para se fundamentar teoricamente e refletir acerca de sua prática pedagógica diária no processo de ensino/ aprendizagem (NETO; AQUINO, 2009).

Ainda de acordo com Neto e Aquino (2009),

(...) a avaliação da aprendizagem pode ser definida como um meio de que o professor dispõe de obter informações a respeito dos avanços e das dificuldades dos alunos, constituindo-se como um procedimento permanente, capaz de dar suporte ao processo de ensino e aprendizagem (...). Além de diagnosticar, a avaliação tem a função de propiciar a autocompreensão do nível e das condições em que se encontram tanto o educando quanto o educador. (...) sendo a avaliação um meio imprescindível para a aprendizagem, o processo educativo deve apontar para a construção de uma prática avaliativa qualitativamente mais significativa, comprometida com a aprendizagem e, conseqüentemente, com o crescimento pessoal e intelectual do educando (p. 227-228).

O objetivo do presente trabalho é abrir discussão acerca da importância da avaliação escolar e o quanto esta pode e deve contribuir para com o avanço, sucesso e mesmo o fracasso do aluno. Diante de tal proposta, a discussão presente ao longo do texto terá como foco a avaliação da aprendizagem enquanto um ato amoroso, proposta esta defendida por Luckesi e outros autores os quais buscamos, através do método da revisão bibliográfica, defender nosso ponto de vista e, assim, realizar nosso estudo com vistas a aplicá-lo em nossa prática educativa.

2 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação está presente em todos os aspectos de nossas vidas. Constantemente somos avaliados e, ao mesmo tempo, estamos avaliando pessoas, situações, etc., na busca por decisões a serem tomadas e que podem nortear nossas vidas e transformar a nós mesmos, a uma sociedade e mesmo uma cultura.

Mas quando o assunto diz respeito à avaliação escolar, ainda esbarramos em questões que necessitam de profundas reflexões; a começar pela prática pedagógica de uma parcela significativa de profissionais que atuam nas escolas brasileiras.

A avaliação nas escolas brasileiras ainda assume um papel preponderante. Segundo Mediano (1987)

Na realidade brasileira da escola de 1^o grau a avaliação toma especial relevo, dados os já conhecidos altos níveis de reprovação e evasão que nela ocorrem e que sem dúvida passam pelos resultados da avaliação, seja ela a avaliação formal que se consubstancia numa nota ou conceito que visa a promoção ou reprovação do aluno, seja a avaliação informal que a professora desenvolve durante suas aulas, através de comentários ou críticas aos alunos ou mesmo através de mensagens não verbais que carregam uma conotação de julgamento (p. 11).

Mediano aponta ainda para estudos que corroboram o pouco entendimento que têm os professores acerca do seja avaliação, pouco entendimento este que reflete diretamente em suas práticas pedagógicas e, em consequência, nas suas avaliações.

A avaliação não pode ser excludente, não pode “ignorar a cultura dos alunos, especialmente daqueles provenientes das camadas populares” (MEDIANO, 1987, p. 13).

Mediano (1987) chama a atenção para a questão, ainda presente em nossas escolas, de que

Frequentemente se vê utilizar a avaliação como instrumento para conseguir a disciplina que não se consegue obter por outros meios. Tal comportamento leva a uma distorção do significado que uma prova deve ter. De instrumento para aquilatar como se está dando a aquisição do conhecimento, passa a ter um aspecto disciplinador, demonstrando todo o caráter autoritário que a reveste. Aliás este é um dos maiores problemas para se chegar a um entendimento mais adequado da avaliação: o professor a usa como instrumento de poder. Ele a usa nos momentos difíceis, para fazer valer a sua autoridade ou para demonstrar sua força. E o aluno vai internalizando essa conceituação: “avaliação é aquilo que o professor faz com a gente, quando a gente faz bagunça, para dar um castigo” (p. 13).

De acordo com Luckesi, citado por Neto e Aquino (2009) a avaliação deve ser vista como um ato de amor, de aceitação, de acolhimento. Aceitação de uma situação, seja ela qual for e, a partir daí, buscar uma situação melhor, mais favorável à construção do conhecimento; tal construção do conhecimento deve ser vista enquanto ação conjunta, participativa.

De acordo com Luckesi (1997)

Para não ser autoritária e conservadora, a avaliação terá de ser diagnóstica, ou seja, deverá ser o instrumento dialético do avanço, terá de ser o instrumento da identificação de novos rumos. Enfim, terá de ser o instrumento do reconhecimento dos caminhos percorridos e da identificação dos caminhos a serem perseguidos (p. 43).

A escola tem um papel crucial na formação e desenvolvimento do ser humano, é através dela e da aprendizagem que nela se busca e adquire que a criança inicia o processo de construção de si mesma e da sociedade na qual está inserida (DARSIE, 1996).

Nesse sentido,

A educação escolar é orientada por metas constituídas de intenções que se fazem presentes em todo o processo de ensino-aprendizagem. Tais intenções da ação educativa tomam determinado sentido se considerarmos a natureza social e a função socializadora da educação escolar, que terá como razão última promover o desenvolvimento humano (DARSIE, 1996, p. 48).

Para que a proposta de uma educação orientada para a formação humana seja posta em prática é preciso que todos se vejam e estejam envolvidos na construção de um currículo que contemple todos os aspectos de uma ação didática no sentido de conduzir professor e aluno às ações de experimentar, investigar e desenvolver a criticidade. A avaliação da aprendizagem só terá sentido e atingirá seus objetivos se, da mesma forma que o currículo, assumir um caráter transformador e de compromisso com a formação humanista. Para que seja transformadora, a avaliação deve ser intencional, ou seja, buscar transformar professor e aluno para que estes sejam sujeitos de suas próprias ações (DARSIE, 1996).

A avaliação, segundo Rabelo (2004) é de fundamental importância durante o processo educativo para que esta atinja sua real intenção, ou seja, a realização de um trabalho alicerçado na ação-reflexão-ação.

Ainda de acordo com Rabelo (2004),

Precisamos fazer com que nossa prática educacional esteja conscientemente preocupada com a promoção da transformação social e não com a sua manutenção de forma inconsciente e não refletida. (...) Assim, avaliar não pode ser um ato mecânico nem mecanizante para que possamos contribuir para a construção de competências técnicas e sócio-política-culturais (p. 11).

No processo de ensino/ aprendizagem não cabe somente ao professor e ao aluno a responsabilidade na construção do conhecimento. Esta responsabilidade deve ser compartilhada por todos os que fazem parte e integram o ambiente escolar, inclusive a família. Nesse sentido, ao serem estabelecidos os critérios da avaliação, torna-se fundamental a participação de todos para que este processo – a avaliação – seja coletivo e contínuo, que possa garantir a qualidade da aprendizagem e a democratização do mesmo (MEC, 2004).

Para uma verdadeira transformação (revolução) no processo educacional, urge o envolvimento de todos na busca por uma escola que compreenda as reais condições de seus alunos, que, em sua grande maioria, são oriundos de famílias de baixo poder aquisitivo, de zonas rurais e de risco, etc.; são crianças que buscam no seio da escola o amparo que não encontram nas famílias e até mesmo no ambiente social na qual estão inseridas. Não raro, os ambientes sociais, principalmente das crianças das redes públicas, são hostis e pouco têm a oferecer. Nesse sentido, cabe à escola não somente buscar a vivência trazida pelo aluno de seu cotidiano, mas, sobretudo, proporcionar-lhe condições para que possa progredir e avançar em seu processo de aprendizagem e, através deste, transformar a si e a sua realidade.

Através da avaliação diagnóstica é que o professor tem condições de avaliar as reais situações e condições de seus alunos. Através dela (da avaliação) que o professor se torna capaz de buscar medidas (decisão) que sejam capazes de melhorar a qualidade do desempenho de seus alunos e, desta forma, proporcionar-lhes meios para que sejam capazes de buscar sua própria independência e transformar, no porvir, sua realidade (NETO; AQUINO, 2009).

Na busca por uma educação transformadora, que seja capaz de provocar mudanças drásticas no contexto social das camadas menos privilegiadas é preciso que se busque construir uma avaliação coerente com esta educação transformadora. Quanto a este aspecto, nos chama a atenção Luckesi (1997),

Para que a avaliação educacional escolar assuma o seu verdadeiro papel de instrumento dialético de diagnóstico para o crescimento, terá de se situar e estar a serviço de uma pedagogia que esteja preocupada com a transformação social e não com a sua conservação. A avaliação deixará de ser autoritária se o modelo social e a concepção teórico-prática da educação também não forem autoritários. Se as aspirações socializantes da humanidade se traduzem num modelo socializante e democrático, a pedagogia e a avaliação em seu interior também se transformarão na perspectiva de encaminhamentos democráticos (p. 42).

No que diz respeito às transformações sociais que podem e devem ser promovidas através de uma educação compromissada com tal ideologia, uma gama de estudiosos, cada um a seu modo, concordam que tais transformações perpassam pelo processo da avaliação escolar.

A posição de Luckesi, citado em Rabelo, quanto a este aspecto transformador inerente à educação e, concomitantemente, do processo avaliativo é a de que

(...) a escola não pode continuar trabalhando com verdades absolutas, prontas e acabadas, inclusive no que diz respeito ao tema avaliação. Precisa investigar, indagar, avaliar a todo instante o seu labor, sua ação educativa e, neste sentido, não podemos nos esquecer de que a avaliação é um processo que “não se dá nem se dará num vazio conceitual, mas sim, dimensionada por um modelo teórico de mundo e”, conseqüentemente, “de educação”, que possa ser “traduzido em prática pedagógica” (Luckesi, 1996:28) (2004, p. 11-12).

A aprendizagem do aluno é um processo que perpassa pela avaliação das condições que a instituição escolar propicia ao aluno (ANDRADE¹). O mesmo autor, quanto ao processo de avaliação, assim se posiciona:

(...) a avaliação que cabe ao processo educativo deve ser abrangente, consistente, contínua, sistemática, dinâmica, coerente e polissêmica, de modo que todos os fatores e agentes intervenientes também sejam considerados e analisados nos resultados obtidos pelo aluno (p. 1).

Cabe à escola e ao professor proporcionar ao aluno condições para que este seja agente de seu próprio processo de transformação. A avaliação, por si só, deve se constituir enquanto processo de uma ação intencional. Tal intencionalidade compreendida enquanto projeto educativo de transformação social, de conscientização e que propicie ao aluno a construção constante e permanente de sua identidade; que este possa ser um *devir*², atributo inerente ao ser humano, pois este, nos dizeres de Guimarães Rosa (2001), no clássico Grande Sertão: Veredas: “o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que

¹ Texto extraído da internet (ver referências), sem datação.

² Do grego: vir a ser (Heráclito).

as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam. Verdade maior” (p. 39).

Assim, a avaliação da aprendizagem deve ser vista, praticada e tomada enquanto instrumento voltado para a formação do indivíduo cidadão, participativo e capaz de transformar a si e ao meio na qual está inserido.

Nesse sentido, conforme Neto e Aquino (2009),

(...) a ação avaliativa, enquanto mediação, se faria presente, justamente, no interstício entre uma etapa possível de produção pelo aluno e de um saber enriquecido, de um saber complementado. (...) a formação da identidade se dá no encontro com o outro, numa construção social, e não como algo meramente objetivo e natural. (...) Conduzir a avaliação nesse contexto implica reflexão crítica sobre a prática. (...) avaliar um educando implica, antes de qualquer coisa, acolhê-lo no seu ser e no seu modo de ser, como está, para, então, a partir daí, decidir o que fazer (p. 229-230).

O processo avaliativo deve ser construído no dia a dia entre professor e aluno. O processo de ensino/ aprendizagem está além da simples mensuração que uma avaliação proporciona acerca de um resultado, positivo ou negativo, obtido por determinados alunos (MEC, 2004).

Avaliar se constitui enquanto acompanhamento rigoroso do processo de aprendizagem do aluno. O processo avaliativo vai muito além dos simples testes ou provas que são aplicados constantemente. Avaliar é observar, com olhar crítico e atento, cada aluno à sua volta, é perceber cada gesto, movimento e atitude, é buscar compreender e empreender novas atitudes e formas de proporcionar ao aluno prosseguir sua caminhada; superar os obstáculos. Enfim, a avaliação da aprendizagem deve estar voltada para a vida, para o *dever*, para a construção de um ser que nunca estará acabado, que está em constante movimento: o ser humano.

3 CONCLUSÃO

O processo de avaliação da aprendizagem, conforme Luckesi (1997), é apenas um instrumento pela qual é dado ao professor a possibilidade de investigar e diagnosticar uma situação na qual se encontra o aluno. Esta não pode ser vista e entendida como um fim.

No entanto, apesar de já haver algumas décadas de discussão acerca deste complexo procedimento nas escolas brasileiras, percebemos ainda a existência, e esta não está longe de ser vencida, de profissionais que insistem em utilizar o processo de avaliação da aprendizagem enquanto instrumento de aferição fundamentado apenas nas notas ou conceitos e, desta forma, determinar os destinos de seus educandos.

Parece-nos, no entanto, uma grande contradição por parte dos poderes que regem o sistema educacional brasileiro, haja vista este pregar uma educação mais humanizada e voltada para as diversas realidades existentes em nosso país de dimensões continentais, em permitir que práticas excludentes e mantenedoras de uma sociedade que cada vez mais segrega e, ainda, postar-se de forma omissa no que tange a uma atenção maior aos profissionais que atuam no meio educacional.

Esta omissão diz respeito não somente à formação acadêmica dos mesmos, que reproduzem, com poucas exceções, o que o meio acadêmico lhes proporciona. Mas também diz respeito à pouca atenção que é dada para as políticas voltadas para uma verdadeira melhora da qualidade da educação neste país. Qualidade esta, aqui entendida, enquanto proporcionadora de condições favoráveis ao exercício do magistério e a uma política remuneratória que tenha por base a valorização do profissional.

Um processo avaliativo comprometido com a transformação da sociedade parte do princípio de que todos são iguais e têm iguais condições de se tornarem cidadãos e construir suas próprias identidades. Nesse sentido, “educar é fazer ato de sujeito, é problematizar o mundo em que vivemos para superar as contradições, comprometendo-se com esse mundo para recriá-lo constantemente” (Gadotti, 1984:90, citado em RABELO, 1998, p. 11).

Mediano (1987) chama a atenção para a realidade, ainda presente em nosso contexto de século 21, de que ainda existe uma parcela considerável de professores que ainda não possuem uma compreensão sobre o que seja avaliação. Tal ausência de compreensão acerca deste conceito é, certamente, refletida na prática.

Ao examinarmos os diversos autores aqui citados, percebemos uma unânime preocupação destes quanto à percepção por parte de professores, pais, alunos e outros envolvidos no contexto educacional, da importância que tem o processo avaliativo na vida e na formação dos jovens educandos.

No entanto, faz-se necessário que esta percepção esteja voltada para um processo de formação que busque uma educação transformadora em todos os âmbitos da educação, desde os primeiros anos até a formação acadêmica. Desta forma teremos profissionais envolvidos e comprometidos com uma educação transformadora e, conseqüentemente, educandos que terão melhores condições de se tornarem cidadãos envolvidos com a sociedade no sentido de buscar um ambiente mais justo e menos desigual.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Pedro Ferreira de. **Avaliação da Aprendizagem**. Disponível em: <http://www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/ea000200.pdf>. Acesso em: 1 Dezembro 2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Básica. **Conselho Escolar e a aprendizagem na escola**. Elaboração Ignez Pinto Navarro et al. Brasília: MEC/ SEB, 2004, p. 38-40 (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, caderno 2, Parte VII e VIII).

DARSIE, Marta Maria Pontin. Avaliação da Aprendizagem. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, n. 99, p. 47-59, nov. 1996.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação Mediadora: Uma Relação Dialógica na Construção do Conhecimento**. Disponível em: <http://www.ufpel.edu.br/crm/pgl/diversos/avaliacao_mediadora.pdf>. Acesso em: 6 Dezembro 2010.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. 5 ed. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

_____. **O que é mesmo o ato de avaliar a aprendizagem?** Disponível em: <http://www.faedec.rj.gov.br/eteot/textos/TD2_luckesi.pdf>. Acesso em: 30 Novembro 2010.

MEDIANO, Zélia D. **Avaliação da Aprendizagem na Escola de 1º Grau**. 1987. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/es/artigos/136.pdf>>. Acesso em: 28 Novembro 2010.

NETO, Ana Lúcia Gomes Cavalcanti; AQUINO, Josefa de Lima Fernandes. **A Avaliação da Aprendizagem como um ato amoroso: o que o professor pratica?** 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edur/v25n2/10.pdf>>. Acesso em: 5 Dezembro 2010.

RABELO, Edmar Henrique. **Avaliação: Novos Tempos, Novas Práticas**. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

SANTOS, Fátima Santana. **Avaliação no Processo Ensino-Aprendizagem: o significado da avaliação no ensino.** Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/2334/1/Avaliaccedilatildeo/pagina1.html#ixzz18BuJLcdA>>. Acesso em: 5 Dezembro 2010.



ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ AMÉRICO DE LACERDA”

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
EDUCAÇÃO INFANTIL – ENSINO FUNDAMENTAL**

**ELENIR RAIMUNDO DE CAMARGOS CAETANO
ELIANA MARIA DOS SANTOS
IVANDILSON CARNEIRO DOS SANTOS
VÂNIA CABRAL SILVA BRANDÃO**

BELO HORIZONTE, 2010



ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ AMÉRICO DE LACERDA”

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
EDUCAÇÃO INFANTIL – ENSINO FUNDAMENTAL**

Trabalho acadêmico apresentado a disciplina Projeto Vivencial da Escola de Gestores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) como requisito parcial para a Conclusão do Curso de Especialização em Gestão Escolar sob a orientação da Professora Me. Elaine Kendall Santana Silva.

BELO HORIZONTE, 2010

Escola é... o lugar onde se faz amigos, não se trata só de prédios, salas, quadros, programas, horários, conceitos... Escola é, sobretudo gente, gente que trabalha, que estuda, que se alegra, que se conhece, se estima. O Diretor é gente, o Coordenador é gente, o professor é gente, o aluno é gente, cada funcionário é gente. E a escola será cada vez melhor na medida em que cada um se comporte como colega, amigo, irmão. Nada de ilha cercada de gente por todos os lados. Nada de conviver com as pessoas e depois descobrir que não tem amizade a ninguém. Nada de ser como o tijolo que forma parede, indiferente, frio, só. Importante na escola não é só estudar, não é só trabalhar. É também criar laços de amizade, é criar ambiente de camaradagem, é conviver, é se "amarrar nela"! Ora, é lógico... Numa escola assim vai ser fácil estudar, trabalhar, crescer, fazer amigos, educar-se, ser feliz!!!

Paulo Freire

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	4
2	FINALIDADES DA ESCOLA	6
3	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	8
4	CURRÍCULO	10
5	TEMPO ESCOLAR	13
6	PROCESSO DE DECISÃO	15
7	RELAÇÕES DE TRABALHO	18
8	AVALIAÇÃO	19
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	22

1 INTRODUÇÃO

O planejamento das atividades escolares é uma necessidade imperiosa, tendo em vista atingir os resultados da ação educacional previstos na legislação em vigor e especificamente, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN n. 9394/96). Dessa maneira, as atividades escolares devem ser objeto de reflexão por parte do coletivo da escola, incluída a comunidade e os próprios alunos. Dessa reflexão surgirão os caminhos a serem trilhados na ação educacional, materializados no Projeto Político Pedagógico (PPP), sendo este elaborado para um período de consecução mais amplo, incluindo todos os dados e informações, diretrizes e normas de trabalho pedagógico e administrativo.

O PPP deve ser entendido como um processo de mudança e antecipação do futuro, estabelecendo princípios, diretrizes e propostas de ação para melhor organizar as atividades desenvolvidas pela escola como um todo.

Muitos dos problemas que enfrentamos na atualidade são objetos de estudos na sociedade atual e muitos deles vividos no cotidiano pelos educados e a escola, como instituição formadora, não tem como desvincular-se destas questões, sendo imprescindível a participação da comunidade escolar na construção do PPP, o qual constitui-se como a alma da escola.

Um dos desafios a ser enfrentado pela escola moderna diz respeito às mudanças proporcionadas na sociedade pelos constantes avanços tecnológicos, as quais têm contribuído para uma rapidez de informações e exige uma maior preparação frente a estes desafios, exigindo uma maior capacidade de iniciativa e uma melhor formação da população. Aspectos que são tidos como comuns no mundo atual, como o pluralismo político, a multiculturalidade, a intolerância nas relações inter e intrapessoais, as diferenças de classe e de oportunidades, o combate a toda forma de preconceito e exclusão e a necessidade de inclusão social, o que exige maior autonomia, novas formas de participação social e um novo modelo de formação educacional.

O PPP aqui proposto está fundamentado em uma metodologia participativa, priorizando os seguintes aspectos: aprendizagem significativa, o interesse pelas múltiplas dimensões do saber, a importância da aprendizagem para vida e sua aplicabilidade no seu dia a dia e no respeito à diversidade cultural, que é característica de nossa cidade.

A Escola Municipal “José Américo de Lacerda” é uma instituição educacional localizada na Rua Coronel Pacífico Pinto, número mil quinhentos e cinqüenta no Bairro Santa Luzia, Telefone 37-3226-4511, e-mail: emjoseamerico@hotmail.com., município de Nova Serrana, Minas Gerais, pertencendo ao Sistema Estadual de Educação de Minas Gerais, vinculado a 12ª Superintendência Regional de Ensino de Divinópolis e se organiza a partir de orientações da Prefeitura Municipal de Educação da cidade de Nova Serrana.

Sua clientela é formada por estudantes da Educação Infantil ao Ensino Fundamental, do Ciclo de Alfabetização até o Ciclo Complementar (anos iniciais), e do sexto ao nono ano (anos finais) e estudantes do Projeto de Acelerar para Vencer II (PAV) trabalhando sempre dentro dos princípios básicos da LDBEN.

Atualmente a escola atende a mil, cento e quarenta e sete alunos, sendo setenta e sete alunos da Educação Infantil e quatrocentos e quarenta e oito do primeiro ao quinto ano, trezentos do sexto ao nono ano e duzentos e vinte dois alunos de PAV II, constando em sua equipe 102 funcionários. Sendo um gestor, três vices, três pedagogos, uma psicopedagoga, uma secretária, cinqüenta e dois professores, cinco auxiliares de secretaria, dois auxiliares de biblioteca, dois professores recuperadores, três professores eventuais, um monitor, um porteiro, dois vigias, vinte e três auxiliares de serviços gerais, dois professores de informática,

A escola possui quinze anos de funcionamento atendendo a uma clientela na sua maioria de baixa renda, filhos de migrantes operários das fábricas do setor calçadista, residentes nos Bairros: São Geraldo, Santa Luzia, Santana, André Freitas, Laranjeiras, São José e adjacentes. O prédio é próprio tendo como cartão de visita Palmeiras que enobrece sua entrada e encontra-se em bom estado de conservação. Sua infraestrutura é dividida em três blocos, possuindo quinze salas de aulas, uma biblioteca ampla, atraente e aconchegante, um laboratório de informática equipada com computadores modernos conectados à internet e com ar condicionado, sala de multimídia com cadeiras estofadas para melhor conforto para nossos alunos e professores, sala multifuncional para atender aos alunos com necessidades especiais e defasagem de aprendizagem, sala para pedagogas, secretaria escolar, cantina, almoxarifado para material de limpeza, almoxarifado de alimentos, nove sanitários com acessibilidade, escovódromo, sala de direção, sala de professores, quadra coberta, quadra de areia, três quiosques, play ground, pátio com banquinhos de madeira, sala de acervo bibliográfico, três salas de aula em anexos do Serviço Social da Indústria (SESI).

2 FINALIDADES DA ESCOLA

A filosofia da Escola Municipal “José Américo de Lacerda” está em sintonia com a Constituição Federal e a LDBN (Lei n. 9394/96) - as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e para a Educação das Relações Étnico-Raciais e também o Estatuto da Criança e do Adolescente bem como atender às demais normas aplicáveis, vigentes e supervenientes de nível Federal, Estadual e Municipal.

A escola procura preparar o aluno para o exercício democrático, de modo a receber uma educação de qualidade, onde a cidadania é um exercício de todos com direitos e deveres, ficando isentos de discriminações que possam no futuro marcar sua trajetória escolar, e ainda onde todos possam exercer o direito de “ser”, “aprender” e “conviver”.

O Projeto Político Pedagógico da escola possibilita introduzir mudanças planejadas e compartilhadas. Essas mudanças pressupõem, de um lado, ruptura com uma cultura de provação e com uma educação elitista e, de outro lado, compromisso com a aprendizagem do aluno e com uma educação de qualidade para todos os cidadãos (MINAS GERAIS, CEE, 1997, p. 2).

O PPP da escola investe na autonomia, que consiste em garantir à mesma a construção de uma identidade própria, levando em consideração as suas especificidades e as diferenças regionais que norteiam nossa comunidade, e na gestão democrática, para maior participação da comunidade escolar na tomada de decisões com o objetivo de elevar o desempenho acadêmico dos discentes.

A escola oferece profissionais competentes e capacitados, bem como condições físicas e pedagógicas para atender às necessidades dos alunos, proporcionando uma educação de qualidade a médio e longo prazo, respeitando a diversidade e valorizando as experiências do educando.

A clientela atendida na sua maioria recebe pouca assistência familiar, uma vez que os pais trabalham para manter o orçamento doméstico, não dispendo em casa de acesso ao material de leitura e escrita, ficando a escola responsável por suprir esta necessidade e estimular os alunos para a alfabetização, letramento, cálculo e ainda a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade.

Entendemos que a visão defendida pela nossa instituição está em torno da formação de nossos alunos em indivíduos conscientes, mais participativos socialmente, críticos, transformadores de novas realidades, ajudando a construir um mundo mais justo e igualitário.

Enfim, nosso PPP visa acima de tudo um desempenho satisfatório do aluno, promovendo um ambiente agradável e acolhedor para que ele possa desenvolver suas capacidades intelectuais, gerando um processo de inclusão e socialização, respeitando as diferenças individuais de cada um.

3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A escola é o ponto de encontro dos vários profissionais envolvidos na ação educativa. A LDB define no seu artigo 2º, que “a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade nos ideais de solidariedade humana, tempo finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Portanto, para cumprir sua função, a escola precisa ter como foco um ensino e uma aprendizagem que levem o aluno a aprender a aprender, a aprender a pensar, a saber construir a sua própria linguagem e a se comunicar, a usar a informação e o conhecimento para ser capaz de viver e conviver num mundo em transformação. Para isso, é preciso que a formação e a atuação do educador seja necessariamente direcionada por um novo paradigma da educação.

A Escola Municipal “José Américo de Lacerda” é parte integrante do Sistema Estadual de Educação de Minas Gerais, se organiza a partir de orientações da Prefeitura Municipal de Educação da cidade de Nova Serrana e possui a seguinte estrutura organizacional:

Administrativa: assegura a locação e a gestão de recursos humanos físicos e financeiros.

A Equipe Administrativa desta escola é formada por um gestor escolar e três vices, sendo um em cada turno e o secretário escolar.

Pedagógica: organiza as funções educativas, para que a escola atinja de forma eficiente e eficaz as suas finalidades. Refere-se fundamentalmente às questões de ensino, aprendizagem e currículo.

A Equipe Pedagógica da escola é composta por três pedagogos, sendo um em cada turno, um psicopedagogo, dois auxiliares de biblioteca e cinquenta e oito professores.

Apoio administrativo: refere-se aos profissionais e atividades que participam da escola e cujo vínculo empregatício pertence a outras secretarias municipais, mas que trabalham diretamente com nossos alunos e professores.

O apoio administrativo da Escola Municipal “José Américo de Lacerda” é constituído por cinco auxiliares de educação, um monitor, vinte e três auxiliares de serviços gerais, um porteiro e dois vigias.

Consequentemente a estrutura organizacional desta escola atende as reais necessidades da comunidade que é inserção do homem no caminho da cidadania.

4 CURRÍCULO

O currículo é uma construção social do conhecimento e pressupõe a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-lo – produção transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar. Ele é historicamente situado e culturalmente determinado.

De acordo com o Guia do Diretor Escolar (2006, p. 19) elaborado pela Secretaria de Estado da Educação (SEE), o currículo consiste em:

Um conjunto de ações que cooperam para a formação humana. Nesse sentido, falar de currículo é falar de uma perspectiva de mundo, de sociedade e de ser humano. O currículo preside as atividades educativas escolares, define suas intenções e proporciona subsídios para a execução de ações. Porém, questões como o que ensinar, quando ensinar, como ensinar e como avaliar devem estar presentes.

Para alcançar seus objetivos, o currículo deve refletir a concepção de educando e de sociedade que se quer formar a forma de organização do trabalho na escola, a postura dos educadores, a organização dos conteúdos e a metodologia de trabalho cumprindo os preceitos legais, do art. 26 da LDBEN. Além do Núcleo Comum mantêm em sua Parte Diversificada disciplinas que atendem aos interesses do município e da região.

Os conteúdos curriculares seguem as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), na Resolução SEE n. 1086/2008 para os anos iniciais e no Conteúdo Básico Comum (CBC) para os anos finais.

O currículo da escola é constituído por três grades para atender as modalidades de ensino oferecidas, são elas:

Na Educação Infantil a duração do módulo-aula é de sessenta minutos; os dias letivos anuais são duzentos; as semanas anuais são quarenta; os números de dias semanais, cinco dias; com carga horária anual de oitocentos e cinquenta horas; tendo o recreio duração de quinze minutos, sendo a duração do turno de quatro horas e quinze minutos.

O eixo de trabalho na Educação Infantil busca a formação pessoal e social e conhecimento de mundo através da Identidade e Autonomia, Movimento, Música, Artes

Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade (a Educação ambiental será integrada e contínua como prática educativa permanente neste conteúdo), Matemática.

No Ensino Fundamental, do primeiro ao quinto ano a duração do módulo-aula é de quarenta e oito minutos e cinquenta minutos do sexto ao nono ano; os dias letivos são (duzentos); quarenta semanas letivas, cinco dias letivos; a carga horária anual do primeiro ao quinto ano é de oitocentas horas, do sexto ao nono ano de oitocentas e trinta e três horas e vinte minutos; tendo o recreio duração de quinze minutos, sendo a duração do turno do sexto ao nono ano de quatro horas e vinte cinco minutos e do primeiro ao quinto ano de quatro horas e quinze minutos.

As áreas de conhecimento dos componentes curriculares são divididas em Base Nacional Comum e a Parte Diversificada.

Na Base Nacional Comum do Ciclo de Alfabetização (primeiro ano) temos Língua Portuguesa e Matemática com cinco aulas semanais, Ciências, Geografia, História e Educação Física com duas aulas semanais, Ensino Religioso e Artes com uma aula semanal; na parte diversificada música e psicomotricidade têm duas aulas semanais, e natureza e sociedade uma aula semanal.

No Ciclo de Alfabetização (segundo e terceiro ano), na Base Nacional Comum, temos Língua Portuguesa e Matemática com seis aulas semanais, Ciências, Geografia, História com três aulas semanais, Educação Física duas aulas semanais, Ensino Religioso e Artes com uma aula semanal.

No Ciclo Complementar (quarto e quinto ano) na Base Nacional Comum, temos Língua Portuguesa com seis aulas semanais, Matemática com cinco aulas semanais, Ciências, Geografia, História com três aulas semanais, Educação Física duas aulas semanais, Ensino Religioso e Artes com uma aula semanal; na parte diversificada Inglês uma aula semanal.

Nos anos finais (sexto e sétimo ano) na Base Nacional Comum, temos Língua Portuguesa e Matemática com cinco aulas semanais, Ciências com quatro aulas semanais, Geografia, História com três aulas semanais, Educação Física duas aulas semanais, Ensino Religioso com uma aula semanal; na parte diversificada Inglês duas aulas semanais.

Nos anos finais (oitavo e nono ano) na Base Nacional Comum, temos Língua Portuguesa e Matemática com cinco aulas semanais, Ciências, Geografia, História com três aulas semanais, Educação Física duas aulas semanais, Ensino Religioso com uma aula semanal; na parte diversificada Inglês duas aulas semanais.

No PAV, a duração do módulo-aula é de cinquenta minutos; os dias Letivos são (duzentos); quarenta semanas letivas, cinco dias letivos; a carga horária anual ano é de oitocentas e trinta e três horas e vinte minutos; tendo o recreio duração de quinze minutos, sendo a duração do turno de quatro horas e vinte e cinco minutos.

As áreas de conhecimento dos componentes curriculares do PAV também são divididos em Base Nacional Comum e a Parte Diversificada.

No PAV, primeiro período (sexto e sétimo ano), na Base Nacional Comum, temos Língua Portuguesa e Matemática com sete aulas semanais, Ciências três aulas semanais, Geografia, História e Educação Física com duas aulas semanais, Ensino Religioso e Artes com uma aula semanal.

No PAV, segundo período (oitavo e nono ano), na Base Nacional Comum, temos Língua Portuguesa com sete aulas semanais, Matemática seis aulas semanais, Ciências, Geografia, História e Educação Física com duas aulas semanais, Ensino Religioso e Artes com uma aula semanal; e na parte diversificada Inglês duas aulas semanais.

Sendo assim o currículo objetiva tornar a escola um ambiente igualitário onde às diferenças são entendidas e valorizadas e a educação é o norte deste conceito.

5 TEMPO ESCOLAR

As relações escolares não são as únicas que permitem aos alunos a construção do conhecimento do mundo. No entanto, a escola é um lugar privilegiado para isso.

Para Peres (2002, p. 184) “nenhuma escola constrói o PPP sem estar verdadeiramente comprometida com a democracia sem estar fortemente ancorada no conhecimento da comunidade em que está inserida e para a qual deve sempre voltar suas ações”.

Buscando tornar o ambiente escolar mais propício à interação social e mais coerente com o desenvolvimento não linear das estruturas cognitivas, optamos por trabalhar com ciclos de formação e anos, uma vez que essa organização apresenta características interessantes relativas ao ritmo, a diversidade e a liberdade.

A organização do tempo do conhecimento escolar é marcada pela segmentação do dia letivo, e o currículo é, conseqüentemente, organizado em períodos fixos de tempo para disciplinas supostamente separadas. O ano letivo de acordo com a LDBEN é distribuído em, no mínimo, duzentos dias de efetivo trabalho escolar, numa carga horária mínima de oitocentas horas, sendo a duração diária da jornada escolar de no mínimo de quatro horas e quinze minutos para a Educação Infantil e Ciclo Inicial de Alfabetização e Ciclo Complementar de Alfabetização, e nos Anos Finais a duração é de no mínimo de quatro horas e vinte e cinco minutos, incluindo o tempo destinado ao descanso dos alunos e professores (recreio) que não ultrapassará quinze minutos³.

A Escola Municipal “José Américo de Lacerda” atende a três turnos, oferecendo as seguintes modalidades de ensino: Educação Infantil; Ensino Fundamental (primeiro ao nono ano)

O Ensino Fundamental, com duração de nove anos estrutura-se em cinco anos iniciais e quatro finais, implantado pela SEE/MG.

Nos anos iniciais, a organização escolar do Ensino Fundamental passa a ter dois ciclos de alfabetização:

- Ciclo Inicial de Alfabetização (primeiro, segundo e terceiro ano) com duração de três anos;

^{3 3} <http://www.moodle.ufba.br>

- Ciclo Complementar de Alfabetização (quarto e quinto ano) com duração de dois anos.

De acordo com o Regimento Escolar, no final de cada ciclo haverá retenção no terceiro e quinto ano. Haverá retenção do aluno que não alcançar a média mínima de pontos pretendida (sessenta por cento).

No primeiro, segundo e terceiro ano do Ciclo Inicial da Alfabetização, serão atribuídos conceitos para cada conteúdo estudado na forma regulada pelo sistema de ensino de Minas Gerais, garantida nesta etapa a progressão continuada.

No terceiro e quinto ano, assim como para o ensino do sexto ao nono ano, serão atribuídos pontos, sendo a promoção do aluno de um ano para outra condicionada a aprovação. Os alunos do sexto ao nono ano terão ministrado cinco aulas diárias, com duração de cinquenta minutos cada uma.

A organização do ensino é decorrente do reconhecimento de que os seres humanos são muito diferentes entre si e que não se desenvolvem no mesmo tempo, da mesma maneira, na mesma seqüência, de um jeito programado. A organização, assim, permite completar essas diferenças garantindo um período contínuo de trabalho ao longo do qual o aluno desenvolve as competências de cada área de acordo com o seu ritmo levando em conta a singularidade de cada indivíduo.

6 PROCESSO DE DECISÃO

Considerando a gestão democrática, princípio consagrado pela Constituição Federal (1988) e pela LDBEN que em seu art. 12 propõe um processo de articulação com a família e a comunidade no sentido de criar um processo de integração da sociedade e a escola, e a necessidade de informar aos pais e responsáveis da frequência, do rendimento dos alunos e da execução do PPP nos aspectos administrativos, pedagógicos e financeiros as decisões nesta escola são tomadas de forma coletiva e transparente.

Porém, atualmente alguns os pais tem deixado a desejar no sentido de efetiva participação na vida escolar de seus filhos.

Rompemos com a separação entre a concepção e execução, entre o pensar e o fazer, entre a teoria e a prática.

Sabemos que a participação não é palavra mágica que basta ser pensada ou proposta sem termos legais para tornar-se realidade. Deverá ser trabalhada e vivida dentro da escola e levada à comunidade. Não basta a força da lei, tem de ser entendida e aceita por todos, dentro e fora da escola.

A Escola Municipal “José Américo de Lacerda” conta os seguintes seguimentos de decisões: Conselho da Caixa Escolar; Conselho de Classe; Conselho de Avaliação de Desempenho

O Conselho da Caixa Escolar da Escola Municipal “José Américo de Lacerda” foi fundado em 17/4/1997, e tem por finalidade colaborar na assistência e formação do educando, por meio da aproximação entre pais, alunos e funcionários, promovendo a integração entre o poder público/comunidade/escola/família.

As decisões, no que se refere ao repasse e aplicabilidade das verbas recebidas, são registradas em ata e assinada por todos os membros participantes.

Constitui finalidade específica da Caixa Escolar a conjunção de esforços, a articulação de objetivos e a harmonia de procedimentos, o que caracteriza principalmente por:

- Interagir junto à escola como instrumento de transformação de ações, promovendo o bem estar da comunidade e do ponto de vista educativo, cultural e social;
- Promover a aproximação e a cooperação dos membros da comunidade pelas atividades escolares;

- Contribuir para a solução de problemas inerentes à vida escolar, preservando uma convivência harmônica entre pais ou responsáveis legais, professores, alunos e funcionários da escola;
- Cooperar na conservação dos equipamentos e prédios da unidade escolar;
- Administrar, de acordo com as normas legais que regem a atuação da caixa escolar, os recursos provenientes e subvenções, convênios, doações e arrecadações da entidade;
- Incentivar a criação do grêmio estudantil cooperativamente com o mesmo.

O Conselho de Classe constitui-se em um órgão colegiado que tem por objetivo a avaliação coletiva do processo de aprendizagem do aluno, subsidiando, dessa forma, a construção do PPP da Escola.

O Conselho de Classe tem por objetivo avaliar o desempenho de cada aluno nas atividades escolares desenvolvidas no bimestre, identificando as necessidades de cada aluno e providenciando o encaminhamento necessário. E anualmente para analisar currículos diversificados e indicar o mais adequado aos alunos e orientar o planejamento de trabalho e projetos, e por fim realizar a enturmação de alunos para o ano letivo.

Constitui-se objetivo geral do Conselho de Classe servir de fórum de discussão para a definição de:

- Objetivos a serem alcançados em cada componente curricular;
- Metodologias e estratégias de avaliação;
- Critérios de seleção de componentes curriculares;
- Projetos coletivos de ensino e atividades;
- Formas de acompanhamentos do desempenho dos alunos;
- Critérios para a apreciação do desempenho dos alunos;
- Elaboração de fichas de registros do desempenho do aluno para acompanhamento e informação aos pais;
- Formas de relacionamento com a família;
- Proposta curricular diversificada em função dos interesses e necessidades dos alunos;
- Adaptações curriculares para com necessidades educativas especiais.

O Conselho de Avaliação de Desempenho tem como finalidade a Avaliação de Desempenho dos Funcionários da escola. É formada uma comissão efetiva e suplente (para o caso de impossibilidade de participação do membro efetivo da comissão no dia da reunião). Esta comissão é formada por funcionários efetivos que já tenham passado pelo período do Estágio Probatório.

Toda vez que a Comissão de Avaliação se reunir faz-se necessário lavrar uma ata para fins de registro escolar.

A Comissão de Avaliação da Escola Municipal “José Américo de Lacerda” é composta por: um presidente – Gestor da Escola; um vice, de acordo com o turno em que trabalha; um representante da equipe pedagógica por turno; um secretário; um representante de funcionários por setor e dois representantes de professores por turno.

Sendo assim as tomadas de decisões na escola são democráticas e transparentes, pois contam com representantes dos seguimentos envolvidos com o processo ensino-aprendizagem desta instituição.

7 RELAÇÕES DE TRABALHO

Os funcionários desta escola são nomeados através da Secretaria Municipal de Educação após aprovação em Concurso Público de provas e títulos e efetivados após três anos de estágio probatório. Em alguns casos, são designados, pela escala dos concursados não nomeados.

São regidos por estatuto próprio, desvinculado da legislação trabalhista comum, Consolidação das Leis trabalhistas (CLT). A Administração Municipal rege-se por normas próprias e obedece aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade.

As relações dos profissionais da Escola Municipal “José Américo de Lacerda” são pautadas na urbanidade, na atitude solidária, na coletividade e principalmente no respeito mútuo.

Uma educação que possibilite uma convivência harmônica e enriquecedora entre os indivíduos pressupõe reconhecimento da diversidade. Saber que somos diferentes e que cada um tem o direito de ser diferente, único e singular, exige um aprofundamento no respeito pelo outro e na compreensão do outro. Requer que se trabalhem não apenas os espaços externos, aos ambientes de aprendizagem onde acontecem as relações, mas, sobretudo o espaço interno de cada um de nós, possibilitando o autoconhecimento e, como consequência, o reconhecimento do outro (ABREU; MOURA, 2001, p. 112).

E neste contexto surge o gestor que tem o papel de coordenador geral da escola, e deve atuar como:

- Autoridade Escolar, sendo o responsável por tudo que se passa na escola;
- Educador, participando das atividades-fins e conduzindo a vida escolar dos alunos. Deve também estar atento às consequências educativas de suas decisões e atos;
- Administrador, assumindo a liderança para atingir os objetivos propostos pela escola.

Sendo assim o papel do gestor consiste em fazer com que a instituição escolar atinja todos os seus objetivos de forma plena e harmoniosa.

8 AVALIAÇÃO

A avaliação consiste em é um processo sistemático objetivando analisar atividades ou fatos. Ao longo do processo são utilizados diversos instrumentos designados instrumentos avaliativos. Instrumentos que devem possuir objetivos claros, características e particularidades.

A avaliação também é um processo que permite uma compreensão global do objetivo e não apenas uma visão diagnóstica ou uma comparação entre objetivos, metas e resultados.

Avaliar consiste em compreender a realidade das atividades ou fatos que estão sendo avaliados e assim aperfeiçoá-los. Os resultados da avaliação devem conter os elementos para o aperfeiçoamento ou a revisão das atividades da escola ou do sistema educacional.

Na Escola Municipal “José Américo de Lacerda” é avaliado os seguintes segmentos: alunos e profissionais. A instituição é avaliada através de questionários respondidos pelos funcionários, pais, alunos e outros sujeitos envolvidos diretamente com a atividade da escola.

Também acontecem as avaliações externas que é um sistema utilizado pelo Governo Federal e de Minas Gerais para medir o grau de desenvolvimento e aprendizado dos estudantes matriculados nas Escolas Públicas do Estado (estaduais e municipais), que são: Provinha Brasil, Prova Brasil, Programa de Avaliação da Educação Básica (PROEB), Programa de Avaliação da Alfabetização (PROALFA).

Para ser inovador, o projeto político-pedagógico deve estabelecer condições propícias de reflexão crítica da própria organização de trabalho pedagógico da escola como um todo.

O PPP, ao propiciar a estruturação de novas formas de organização de trabalho, enfatiza o fortalecimento da equipe escolar, a gestão democrática, alicerçada na decisão coletiva e na co-responsabilidade do grupo. Por isto, é imprescindível que a gestão democrática ocorra de forma colegiada, através do Conselho da Caixa Escolar com funções consultiva e deliberativa nas questões pedagógico-administrativo-financeira.

A avaliação do PPP é relevante na escola, pois ele está em contínuo processo de construção, não é estático e seu desenvolvimento abrange todos os seguimentos da

intuição. Portanto sua avaliação se faz nas várias ações desenvolvidas no interior da escola, e esta avaliação são colocadas como mediadora no crescimento da comunidade escolar. Esta avaliação, portanto é feita através de observações contínuas do progresso da instituição pelos pedagogos e semestralmente através de análise do rendimento dos alunos.

Semestralmente ocorre a avaliação de desempenho do profissional através da auto avaliação e avaliação da comissão de avaliação, formada através de votos de todos os seguimentos da instituição.

Na Escola Municipal “José Américo de Lacerda” as avaliações escolares ocorrem durante todo o ano letivo e o aluno é avaliado através de recursos variados: observações, trabalho em equipe e individuais, pesquisas, provas, estudos dirigidos, experimentos, etc.

No conceito emitido por Sant'anna (1995, p. 7),

a avaliação escolar é o termômetro que permite avaliar o estado em que se encontram os elementos envolvidos no contexto. Ela tem um papel altamente significativo na educação, tanto que nos arriscamos a dizer que a avaliação é alma do processo educacional.

O professor deve fazer um trabalho de recuperação concomitantemente ao processo educativo, para garantir ao aluno a superação de dificuldades no seu percurso escolar e ao final do ano letivo com aulas ministradas pelo próprio professor.

A avaliação é contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

A avaliação também é formativa; pois são atribuídas notas, sendo cem o número de pontos cumulativos que cada aluno pode conseguir durante o ano letivo, em cada conteúdo.

Os cem pontos atribuídos são registrados da seguinte forma: no primeiro bimestre: vinte pontos; segundo e terceiro bimestre: vinte e cinco pontos e no quarto bimestre: trinta pontos.

Considera-se aprovado, o aluno que alcançar freqüência mínima de setenta e cinco por cento e aproveitamento mínimo de sessenta pontos cumulados em cada conteúdo curricular.

O aluno que estiver na escola no dia em que houver prova e se recusar a fazê-la, não terá o direito à recuperação.

Os resultados das avaliações são pontos de partida para análise e recuperação. Recuperação esta que se dá continuamente ao longo do ano letivo em que o aluno está recuperando o conhecimento perdido e paralelamente sua nota.

Tem o direito a recuperação o aluno que não obtiver o aproveitamento mínimo de sessenta por cento no conteúdo e, ela será feita logo após encerrar as avaliações do bimestre.

É adotada a progressão parcial nos quatros anos finais do Ensino Fundamental onde será beneficiado o aluno que não apresentar o desempenho mínimo em até duas disciplinas.

Fica retido no ano em curso o aluno que não apresenta o desempenho mínimo em três ou mais disciplinas, incluindo-se nesse cômputo as disciplinas do ano em que se encontra e aquelas em regime de progressão parcial.

No último ano do Ensino Fundamental, se o aluno não apresentar o desempenho mínimo em todas as disciplinas, ele fica retido.

O professor organiza atividades especificamente programadas para o atendimento de alunos ou grupos que demonstrem dificuldades ao longo o processo de aprendizagem.

Quanto à transferência, o aproveitamento de estudos é avaliado pelos profissionais da escola, inclusive quando se trata de transferência entre estabelecimentos, classificando o aluno de acordo com suas competências, habilidades, idade, série e ou ciclo.

A classificação dá-se em qualquer ano ou etapa, exceto a primeira do Ensino fundamental da seguinte forma: por progressão continuada para alunos que estiverem em curso na escola; por transferência, para candidatados procedentes de outras escolas, considerando os componentes da base nacional comum; independente da escolarização anterior mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição no ano ou etapa adequada.

Para tal é convocado o Conselho de Classe que elabora e corrige as avaliações e decide pelo ajustamento do candidato ao ano.

A aplicação das provas, elaboração das atas e encaminhamento dos resultados à secretaria fica a cargo da Equipe Pedagógica.

A Equipe Pedagógica ainda organiza um banco de provas, de todos os anos e conteúdos, para facilitar a classificação dos alunos que dela necessitam.

A reclassificação pode acontecer: quando se trata de transferência entre estabelecimento do país e do exterior, independente de escolarização anterior.

Considera-se evadido o aluno faltoso por mais de cinqüenta dias letivos consecutivos; para aluno com freqüência inferior a setenta e cinco por cento após o término de cada ciclo ou ano.

A decisão da reclassificação é decorrente da manifestação de uma comissão presidida pelo gestor da escola, com a participação de representantes docentes do nível no qual o aluno será classificado (Ensino Fundamental), bem como dos profissionais responsáveis pela coordenação e/ou supervisão das atividades pedagógicas.

Os documentos que fundamentam a classificação ou reclassificação de cada aluno são encaminhados pela Equipe Pedagógica à secretaria que ficará encarregada de fazer o seu arquivo na pasta individual do aluno na escola.

O aluno com freqüência igual ou superior a setenta e cinco por cento, e com aproveitamento abaixo da média nos conteúdos, tem direito a uma prova final de reclassificação.

O rendimento escolar é divulgado através de reuniões bimestrais, com a presença dos pais e educadores. Caso o aluno não tenha um rendimento escolar satisfatório ou condizente com ano/turma, os pais são chamados em qualquer época e é exposta a situação do mesmo. As reuniões são marcadas dentro do horário disponível dos pais.

As reuniões pedagógicas acontecem de acordo com a disponibilidade dos profissionais, muitos não residem no município, os professores da Educação Infantil ao quinto ano se reúnem uma vez por semana na segunda feira uma hora e meia e os professores do sexto ao nono ano se reunindo uma vez por mês, no terceiro sábado, totalizando seis horas mensais .

Nas reuniões pedagógicas são discutidos os conteúdos programáticos, inserindo-os na realidade. São discutidos metodologias e materiais didáticos que dêem novo dinamismo ao ensino-aprendizagem. Nessas reuniões também são discutidos assuntos de ordem administrativa.

Portanto, a escola procura através da avaliação promover o desenvolvimento do educando e incentivá-lo a avançar e procurar formas de transformar o meio em que vive.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto político-pedagógico consistiu um norte para a escola, a direção que ela vai tomar para atingir seus objetivos. É um momento de reflexão onde todo o coletivo da escola vai decidir os rumos que ela vai tomar.

Sendo assim, podemos dizer que coletivamente através de reflexões e estudos a escola constrói sua identidade de forma a atingir seu principal objetivo que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo.

O projeto político-pedagógico é o fruto da interação entre os objetivos e prioridades estabelecidas pela coletividade, que estabelece, através da reflexão, as ações necessárias à construção de uma nova realidade.

E para que estes objetivos sejam atingidos a avaliação deve sempre estar presente, pois só saberemos os rumos a tomar se existir uma avaliação contínua do trabalho de todos envolvidos no processo ensino aprendizagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. V. de.; MOURA, E. (orgs). **Progestão**: como desenvolver a gestão dos servidores na escola? Módulo VIII. Brasília, Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da Republica Federativa do Brasil**, 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)**, Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Ministério de Educação e do Desporto, 1996.

GRUPO EXPERIMENTAL NOVA ERA. Estrutura e elementos do PPP: estrutura organizacional, módulo II. *Online*. Disponível em: <http://www.moodle.ufba.br>. Acesso em 28. jun. 2010.

MINAS GERAIS. Conselho Estadual de Educação. **Parecer CEE/MG n. 1132/97**. Dispõe sobre a educação básica, nos termos da Lei n. 9394/96. *online*. Disponível em: www.sinepe-mg.org.br/downloads_restrito.php?arquivo. Acesso em: 26. jun. 2010.

_____. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. **Guia do diretor escolar SEE – MG**: instrumento didático destinado a orientação e suporte do trabalho do diretor escolar. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, 2006.

PERES, E. T. Dimensão institucional e projeto político- pedagógico da escola. In: SALGADO, M. C. U.; Miranda, G. W. de (orgs.). **Veredas – Formação Superior de professores**: módulo 4 – v. 2, 3 e 4/SEE – MG, Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, 2002.

SANT'ANNA, I. M. **Porque avaliar? Como avaliar? Critérios e instrumentos**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

